

## A EDUCAÇÃO DOS SUPERDOTADOS: HISTÓRIA E EXCLUSÃO

### *GIFTED EDUCATION: HISTORY AND EXCLUSION*

<sup>1</sup>Rosemeire de Araújo Rangni, <sup>2</sup>Maria da Piedade Resende da Costa

**RESUMO:** A história dos superdotados, no Brasil, é marcada, mais expressivamente, por iniciativas particulares que públicas. Pessoas se destacaram na educação dos superdotados como Helena Antipoff, entretanto, poucas ações públicas são registradas para esse grupo de educandos. Desde o início do século XX, a educação para os superdotados tem sido apontada, porém, as matrículas dos educandos superdotados são ínfimas, segundo o que recomenda a Organização Mundial de Saúde (OMS) e estudiosos da área. Neste breve relato da história da educação dos superdotados, este artigo apresenta uma interface entre a história e a exclusão desses educandos no sistema escolar brasileiro.

**Palavras-chave:** Educação. Superdotados. Exclusão.

**ABSTRACT:** *The history of the gifted in Brazil is marked, more expressively, for private initiatives than public ones. People detached in the gifted education as Helena Antipoff, however, few public actions are registered to that students group. Since the beginning of the twentieth century, the education for gifted has been pointed out, but, the students' enrolments are tiny, according the World Health Organization (WHO) recommendations and studios of the field. In this brief report of gifted education, this paper presents an interface between the history and exclusion of those students in the Brazilian school system.*

**KEYWORDS:** Education. Gifted. Exclusion.

<sup>1</sup> Graduada em Direito (FIG), Pedagogia (UNG), Especialista em Dotados e Talentos (UFLA), Mestre em Educação (UNICID) e Doutoranda em Educação Especial (UFSCAr).

<sup>2</sup> Psicóloga, fonoaudióloga e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – PPGEES da Universidade Federal de São Carlos.



## Introdução

Escrever sobre a educação dos superdotados no Brasil é expor iniciativas particulares isoladas, polêmicas, mitos, desconhecimento e exclusão.

Pretende-se discorrer sobre a história da educação dessa parcela de educandos apresentando intervenções de personalidades e especialistas em desencadear o interesse e ações em prol dos superdotados desde o início do século XX. Este artigo não pretende esgotar o tema, busca fazer uma interface histórica e educacional desse grupo de alunos especiais e mostrar sua exclusão ao longo do tempo.

## Os primeiros registros

As pessoas mais capazes sempre atraíram o imaginário, as vezes com admiração, outras vezes mitificados em crenças populares. Os registros sobre essas pessoas que se destacavam não são recentes. Datam do período antes de Cristo em Roma, Grécia, Egito onde eram recrutadas para desenvolverem suas aptidões de acordo com interesse de suas culturas. Na Grécia, os meninos, ao sete anos, eram selecionados e separados de suas famílias para obterem educação voltada para as questões bélicas, assim como em Roma, sua educação era orientada para a arquitetura, o direito, a engenharia e a administração. Entretanto, a educação superior era direito apenas dos homens, assinala Gama (2006).

Na Grécia antiga, Homero, antigo escritor grego, reconhecia a inteligência como entidade diferente de outras habilidades humanas.

Os estudos mais aprofundados sobre a capacidade superior estiveram sempre atrelados à evolução das pesquisas acerca da inteligência. Assim, como não há uma definição precisa sobre o que é inteligência, a superdotação percorre o mesmo caminho.

Gama (2006) pontua que um grande marco nas pesquisas acerca da inteligência ocorre na virada do século passado com o britânico Francis Galton e o francês Alfred Binet que se basearam nas pesquisas da Origem das Espécies de Charles Darwin (primo de Galton) sobre o desenvolvimento da inteligência humana. Galton criou um laboratório em Londres onde aplicava testes psicológicos. Consta que em 1904, o governo francês solicitou a Binet que criasse um instrumento que pudesse prever se crianças teriam sucesso nas escolas francesas. O instrumento testava as habilidades nas áreas verbal e lógica. O instrumento criado deu origem ao primeiro teste de coeficiente intelectual (QI) desenvolvido por Lewis Terman, na Universidade de Standford, na Califórnia chamado Standford-Binet Intelligence Scale. Assinala Gama (2006, p. 28) que “assim surgiu o conceito de inteligência como capacidade inata, geral e única, passível de ser testada, que permite aos indivíduos um desempenho maior ou menor, em qualquer área da atuação humana”.

Essa vertente persistiu até metade do século XX. Os testes de inteligência, apesar de contribuição da Psicologia, são objetos de críticas, de acordo com Alencar e Fleith (2001), devido às possíveis repercussões para o indivíduo que, por uma razão ou por outra, apresente baixos resultados nesses instrumentos.

Com a evolução dos estudos acerca da inteligência, o conceito de unidimensionalidade



de provido pelos testes padronizados substituiu-se para um conceito de multidimensionalidade.

Estudos como de Gardner vieram desobstruir a idéia de que a inteligência era apenas mensurada em testes e em áreas limitadas e mostrou, em sua Teoria das Inteligências Múltiplas que se constitui nas diversas áreas humanas como: linguística, lógico-matemática, cinestésica, musical, espacial, interpessoal, intrapessoal e naturalística.

Sob a perspectiva da multidimensionalidade da inteligência, a definição de superdotação segue a mesma tendência. Em 1972, o Relatório Marland, do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos definiu e categorizou a superdotação em seis áreas:

São consideradas crianças portadoras de alta habilidade as que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual, aptidão acadêmica ou específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música e capacidade psicomotora (ALENCAR e FLEITH, 2001, p. 56).

Essas seis áreas se mantêm contempladas nas novas Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que traz a seguinte

definição para altas habilidades/superdotação, termo utilizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC):

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008. p. 9).

No Brasil, as primeiras idéias começaram a germinar sobre esse grupo de pessoas em 1929 com Ulysses Pernambuco que lembrava a conveniência da seleção e educação dos sujeitos com capacidade superior e fazia distinção entre os superdotados e os precoces pontuando que: “estes dizem respeito ao tempo, enquanto os primeiros indicam habilidades mais fundamentais e permanentes. As crianças mais vivas podem dar uma falsa impressão de supernormalidades por apresentarem comportamentos precoces” (NOVAES, 1979, p. 78).

Experiência pioneira foi realizada pelo Instituto de Psicologia do Recife, em 1929, assinala Novaes (op. cit.) em que foram aplicados testes *Army Alpha*<sup>3</sup> em 203 alunos de cursos secundários, em ambos os sexos, pertencentes ao Ginásio Pernambuco, à Escola Normal de Pernambuco e à Escola Normal Pinto Junior.

De acordo com a referida autora, na

<sup>3</sup> Teste Alpha Army foi utilizado por aproximadamente dois milhões de recrutas na I Guerra Mundial.



classificação norte-americana, encontrou-se uma porcentagem de 1,47% da classe A, muito superior e 22,66% na classe B, superior. O mesmo teste foi aplicado, em 1930, em estudantes de Medicina, Direito e Engenharia com scores de 12,63 % na classe A, muito superior e de 30,09% na classe B, superior. Outro teste, o *Columbia Mental Test*<sup>4</sup> foi aplicado em 464 crianças entre nove e treze anos com os seguintes resultados: 1,07% para QI 136-145; 1,27% para QI 126-135; 8,10% para QI 116-125. Em 1931, o mesmo instituto aplicou testes em crianças menores de onze anos.

Em 1931, Leoní Kassef lança o livro *Educação dos Supernormais* que se referia a reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal do Estado do Rio de Janeiro de 1929 que incluía disposições acerca de seleção de alunos brilhantes desde a escola elementar (NOVAES, op. cit.).

Estevão Pinto, da Escola Normal de Pernambuco, em 1932, editou “O dever do Estado relativamente à assistência aos mais capazes” e em 1933 “O problema da educação dos bem-dotados” que discutia os preconceitos relativos à formação de uma “aristocracia intelectual, fechada e perigosa não obedecendo ao princípio básico da democratização do ensino” NOVAES (op. cit. p. 77); SODRÉ (2006). Novaes assinala que isso se constituía falso por não atender ao desenvolvimento das aptidões e potencialidades.

Naquela época, Sylvio Rabelo, da Escola Normal de Recife, apontava:

“Os supernormais quase nada aproveitam nas escolas ordinárias, atravessam as várias classes sem penetrar no âmago da escola. Mal deslizam por sobre os bancos, tão fáceis lhes são os movimentos de reação para o mais completo êxito de notas e de prêmios. A escola comum para essas crianças é um rolo compressor. Impossível se torna a expansão de suas aptidões sufocam ansiando por horizontes claros, estiolam por fim” (NOVAES, 1979, p. 78).

Cientista expoente na Educação Especial, Helena Antipoff, chega ao Brasil, em 1929, após estudar na França e Suíça, onde desenvolveu pesquisas sobre inteligência e foi assistente de Edouard Claparède. Deu continuidade aos estudos no Brasil com várias publicações na década de 1930 e 1940 e chamava a atenção para: “a necessidade de uma identificação precoce do superdotado e de serviços educacionais para alunos que se destacavam por habilidades e talentos especiais” (ALENCAR e FLEITH, 2001, p. 170).

A partir de 1940, a Sociedade Pestalozzi<sup>5</sup>, sob a liderança de Helena Antipoff, inaugura a Escola da Fazenda do Rosário, em Ibirité, MG, com a finalidade de educar e reeducar crianças excepcionais<sup>6</sup> ou abandonadas. Ela liderou extensa obra educativa, nas áreas de educação especial, educação rural,

<sup>4</sup> Avalia capacidade intelectual das crianças em geral através de respostas não – verbais. Por esse motivo, é recomendável para crianças com necessidades especiais e crianças estrangeiras.

<sup>5</sup> Primeira entidade civil, criada nos anos 30, seus estatutos mencionavam a necessidade de se atender a população escolar situada no extremo superior das capacidades humanas. Foi uma das primeiras pessoas a chamar a atenção para o talento como excepcionalidade no quadro geral da Educação Especial.

<sup>6</sup> Helena Antipoff utilizava o termo “excepcionais” para denominar alunos especiais, ou seja, a parcela de “diferentes” na população escolar

criatividade e superdotação.

Helena Antipoff já tinha convicção acerca das características e presença do talento em crianças mais capazes do meio rural o que contrariava aos recentes estudos de Terman, nos Estados Unidos, nas décadas de 30 e 40 que constatavam que a dotação existia em maior proporção nas classes médias e altas. Antipoff se preocupava com educandos que estavam nos extremos, os que necessitavam mais por terem menos e os que tinham mais e necessitavam mais. Para ela, a Educação Especial destinava-se a atender os excepcionais que representavam esses dois extremos.

Helena Antipoff, em 1945, reuniu no Instituto Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro grupos pequenos de alunos com potencial superior para realizar estudos sobre literatura, teatro e música.

Em 1962, ela teve a iniciativa de reunir adolescentes superdotados no meio rural, na Fazenda do Rosário, no município de Ibirité, em Minas Gerais. Foi principal sede de seus estudos, ação educativa e ensino NOVAES (1979), ALENCAR e FLEITH (2001), GUENTHER (s.d.).

Nos últimos anos de vida, Antipoff desenvolveu um trabalho com a descoberta dos talentos e a educação dos bem-dotados<sup>7</sup>, como denominava. Pensava que o sistema educacional perdia um grande contingente de indivíduos talentosos que “poderiam contribuir para a sociedade e não o faziam por falta de orientação. Ela assinalava que: “talento e inteligência não são de geração espontânea, mas precedido de longo trabalho de gerações: quem será pintor num meio rural, onde

a criança não tem nem mesmo o direito de usar o lápis de cor? (ANTIPOFF, 1992 g, p. 402 apud CAMPOS, 2003).

Helena Antipoff foi uma das participantes do Primeiro Seminário Nacional sobre Superdotados, em 1971, em que apresentou o trabalho “O problema do bem – dotado no meio rural” e, nesse ínterim, retorna para Ibirité com a tarefa de iniciar o trabalho com crianças mais capazes (GUENTHER, s.d.). Em 1972, criou a Fundação Adav - Associação Milton Campos para o Desenvolvimento de Vocações que passou a receber crianças indicadas por escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte para “nos fins de semana, em regime de internato e semi-internato, serem submetidas a um programa intensivo de desenvolvimento da criatividade e talento” (CAMPOS, 2003).

Até o início dos anos 70 poucas iniciativas e ações marcaram a educação dos superdotados. Julieta Ormastroni iniciou um programa extraescolar com o Concurso Cientista do Amanhã, em São Paulo, que tinha como meta descobrir vocações científicas na juventude estudantil (NOVAES, 1979, GAMA, 2006).

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Básica 5.692 (BRASIL, 1971) foi legislação marcante para a história da superdotação no Brasil, cuja inserção dos superdotados se dá pela primeira vez, em seu artigo 9º que apontava:

“Os alunos que apresentarem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrarem em atraso consi-

<sup>7</sup> Crianças bem – dotadas era denominação dada por Helena Antipoff aos educandos com capacidade superior.



derável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados, deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”.

A partir das recomendações acima mencionadas, a inclusão dos superdotados no aporte legal, tem-se ações mais efetivas acerca dessa parcela de educandos com iniciativas particulares e públicas.

Em 1972, o Centro Educacional Objetivo, instituição particular em São Paulo, iniciou o Projeto de Orientação e Identificação de Talentos (POIT) ligado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação da Universidade Paulista – UNIP com intuito de dar atendimento às necessidades específicas de cada aluno, por via de cursos extracurriculares aos seus alunos. Esse Projeto se caracteriza por ser um dos mais antigos e ininterruptos.

Núcleo de Apóio à Aprendizagem do Superdotado (NAS), criado em Brasília em 1975, é um programa público importante que se mantém até os dias atuais. O Núcleo foi desenvolvido para atendimento aos alunos com sinais de talento do ensino do primeiro grau no Distrito Federal.

Em 1978, a Associação Brasileira de Superdotação iniciou suas atividades com sede no Rio de Janeiro e escritórios regionais em outros estados. No entanto, esses escritórios regionais não persistiram por muito tempo e se perderam nos anos 90. Somente em 2003, é fundado em Brasília, o Conselho Brasileiro para Superdotação (CONBRASD) por um grupo de especialistas que entre seus objetivos é “congregar pessoas físicas e jurídicas, interessadas na área das altas habilidades/

superdotação a fim de estabelecer intercâmbio de conhecimentos e experiências, coordenando seus esforços, estudos e ações” (GAMA, 2006, p. 25).

Em 1992, por iniciativa de Zenita Cunha Guenther, surge em Lavras, MG, o Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento (CEDET) que tem como busca: “prover oportunidades a cada criança para convívio e interação com outras crianças e jovens mais capazes e talentosos, favorecendo o reconhecimento de um grupo de pares maior, e mais diversificado, do que se encontra na vida e na escola regular” (site do CEDET).

O CEDET, como centro de enriquecimento, atende escolares da cidade de Lavras e adjacências desenvolvendo a formação integral dos talentosos, dentro dos valores humanistas de autorrealização pessoal e consideração e respeito aos outros, visão do mundo ampla e bem informada, aperfeiçoamento da sociedade e qualidade de vida humana (GUENTHER, 2000). O CEDET é um órgão da Prefeitura de Lavras e vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Outros modelos do CEDET se espalharam em outras cidades brasileiras como: Poços de Caldas (MG), Palmas (TO), Vitória (ES), São José dos Campos (SP) e Assis (SP).

Um programa mais abrangente, de âmbito federal, é constituído em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) em constituir os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação (NAAH/S) em todos os estados brasileiros e tem como objetivos de promover atendimento aos educandos com altas habilidades, formar e capacitar os professores para identificar e atender esses alunos, bem como, oferecer acompanhamento aos



pais e a comunidade escolar, no sentido de produzir conhecimento sobre o tema. O MEC pretende, por meio dessa iniciativa, disseminar informações e colaborar para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade. Ainda, poucos resultados são oferecidos decorrente da instalação dos NAAH/S nos estados. Prova disso, são os ínfimos índices de educandos identificados e atendidos em todo o Brasil, 5.637, em 2009, contrariando as perspectivas assinaladas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 3,5 a 5% dos educandos são superdotados somente nas áreas verbal e lógica e índices mais flexíveis de 15 a 20% pontuados pelo pesquisador americano Joseph Renzulli da Universidade de Connecticut, no referido documento.

### A exclusão

Vê-se, pelo breve relato histórico, que os educandos com sinais de talentos são atendidos em suas necessidades especiais pelas poucas ações ao longo do tempo. Apesar de inserido no aporte legal educacional brasileiro, desde 1971, essa parcela de educandos, ainda encontra barreiras nos serviços de educação especial e inclusiva. A Educação Especial prefere priorizar as pessoas com deficiências, possivelmente por comiseração como aponta Pérez (2006) esquecendo-se que as altas habilidades/superdotação, termo oficial adotado pelo MEC, desde 2001 nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), deve receber a mesma atenção dadas às outras necessidades especiais.

A formação de professores e profissionais da educação acerca da temática, ainda pouco demarcada, falta de cursos, em univer-

sidades, que direcionem para a área e mitos são barreiras que impedem os educandos de receberem o atendimento nas escolas.

Os mitos que povoam o imaginário popular acerca dessa parcela de pessoas se configuram como grande obstáculo educacional. Rech e Freitas (2006, p. 61 a 87) fizeram um estudo dos mitos segundo o olhar de alguns autores e do Ministério da Educação (MEC). As autoras mencionam Russ (1994) de que “os mitos podem ser entendidos como uma” representação coletiva muito simplista e muito estereotipada, comum a um grupo de indivíduos”. Acrescentam que “os mitos surgem do imaginário popular como forma de tentar compreender os mistérios de natureza física, sobrenatural, e também como produtos de determinadas circunstâncias históricas e sociais” (p. 62). Os mitos e estereótipos que mais abrangem esse imaginário são de que: caminham por si sós; não precisam de serviços educacionais especiais; são nota 10 em tudo; são *nerds*; são indisciplinados; são gênios; são malucos e outros entendimentos errôneos, possivelmente, pela falta de conhecimento dos educadores e da sociedade.

Alencar e Fleith (2001) citam Rutter (1976) que considera que temos o hábito de examinar criticamente os fatos a respeito de determinadas questões, antes de se chegar a conclusões a respeito e que o nosso fracasso em reconhecer a nossa ignorância, propriamente dita, é prejudicial ao conhecimento. Dessa forma, acredita-se que há falta de conhecimento do universo dos sujeitos dotados de capacidade acima da média, especialmente pelos educadores, e, o sistema escolar está acostumado a padronizar, provavelmente, sejam essas a maior barreira ao atendimento.

A formação de educadores é conclama-



da por documentos legais e especialistas na área dos superdotados. Após a Declaração de Salamanca (BRASIL, 2010) que orienta que todos deverão receber educação adequada às suas diferenças e singularidades e que as escolas devem se ajustar para acolhimento aos educandos. Percebe-se que há um movimento intenso de alunos com necessidades especiais rumo às escolas regulares, entretanto, os mais capazes já estão dentro das escolas, porém, invisíveis aos olhos dos educadores (GUENTHER, 2006; PÉREZ, 2006).

Nesse contexto, há necessidade de se formalizar, massificando, a capacitação dos professores e educadores em serviço e oferecimento de cursos, seja em nível de especialização, ou inseridas disciplinas dentro das grades curriculares dos cursos de licenciatura para que o futuro educador tenha, pelo menos, prévios conhecimentos acerca da superdotação.

### Considerações finais

Considerada densa e de pouco domínio entre os educadores e, por que não, a sociedade em geral, a área de superdotação tem sido alvo de discussões e debates nos encontros nacionais promovidos pelo Conselho Brasileiro para Superdotação (CONBRASD) e seminários em Educação Especial e Inclusiva que tem recebido, possivelmente por força de lei, especialistas da área, que antes, essa presença era difícil de ocorrer por conta da priorização, sempre mais aguda, das áreas das deficiências e síndromes.

A intensificação do movimento da Educação Inclusiva, desde 1994, mais enfaticamente após 2001, no Brasil, vem, comedido-

mente, se discutir a inclusão dos educandos superdotados pelo sistema educacional o que gera conflitos aos sistemas que, ainda, resistem, em incluir em seus programas de atendimento os educandos com mais capacidade da média estabelecida.

Assim sendo, o número ínfimo de matrículas de alunos superdotados em todo sistema escolar brasileiro, contrariando cifras pontuadas pela OMS e por estudiosos da área demonstra que o Brasil deixa à margem e desperdiça os talentos de suas crianças, jovens e adultos tão valorizados, em sociedades mais adiantadas.

### Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. 2. Ed. rev. amp. São Paulo: EPU, 2001.

BRASIL. Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. Poder Executivo. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1.971. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 de agosto 1971. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2004.

BRASIL. **Declaração de Salamanca. Local: Ministério da Educação, ano.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2010.





BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de Setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Local: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. MEC/SEESP. **Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,** 2008.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>.

Acesso em: 27 mar. 2010.

CAMPOS, R. H. F. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300013&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 22 jul. 2010.

CEDET: CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL E TALENTO. Local: editora, ano. Disponível em: <<http://www.aspat.ufla.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

GAMA, M. C. S. S. **Educação de superdotados:** teoria e prática. São Paulo: EPU, 2006.

GUENTHER, Z. C. **Desenvolver capacidades e talentos:** um conceito de inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUENTHER, Z. C. **Helena Antipoff:** a brasileiro-russa “fazendeira da educação”. (s.d). Texto cedido por Zenita Cunha Guenther em 23/07/2010.

GUENTHER, Z. C. **Capacidade e talento:** um programa para a escola. São Paulo: EPU, 2006.

NOVAES, M. H. **Desenvolvimento psicológico do superdotado.** São Paulo: Atlas, 1979.

PEREZ, S. G. P. B. O atendimento educacional ao aluno com altas habilidades/superdotação na legislação da Região Sul do Brasil: os lineamentos para concretizar uma quimera. In: FREITAS, S. N. (Org.) **Educação e altas habilidades/superdotação:** a ousadia de rever conceitos e práticas. Santa Maria: UFSM, 2006.

RECH, A.J. D.; FREITAS, S. N. Uma revisão bibliográfica sobre os mitos que envolvem as pessoas com altas habilidades. In: FREITAS, S. N. (Org.) **Educação e altas habilidades/superdotação:** a ousadia de rever conceitos e práticas. Santa Maria: UFSM, 2006.